

COLEÇÃO DE ESTUDOS EM PARCERIA
NOTA TÉCNICA Nº 8

Representações da participação feminina na política: enquadramentos e resistências midiáticas no Brasil e na União Europeia

Autoria: Letícia Sabbatini

Projeto Fortalecendo a Participação Política das mulheres e
Combatendo a Violência de Gênero na Era Digital



Diálogos
União Europeia - Brasil



Secretaria da
Mulher



Secretaria da Mulher
Observatório Nacional da
Mulher na Política

Coordenação-Geral do Observatório
Nacional da Mulher na Política
Deputada Federal Iza Arruda (MDB/PE)

Coordenação dos Eixos Temáticos
Eixo 1 | Violência Política contra a Mulher
Dep. Federal Socorro Neri (PP/AC)

Eixo 2 | Atuação Parlamentar e
Representatividade
Dep. Federal Tabata Amaral (PSB/SP)

Eixo 3 | Atuação Partidária e Processos
Eleitorais
Dep. Federal Delegada Ione (AVANTE/MG)

Chefe de Gabinete da Secretaria da Mulher
Ana Cláudia Lustosa da Costa

Coordenação de Pesquisas
Ana Cláudia Oliveira

Assessoria e Articulação Institucional
Cristiane Bernardes

Diagramação
Felipe Ferreira

Delegação da
União Europeia no Brasil

Embaixadora – Chefe da Delegação
Marian Schuegraf

Chefe da Seção para Assuntos Políticos,
Econômicos e de Informação
Dorota Ostrowska-Cobas

Chefe da Seção de Cooperação
Robert Steinlechner

Oficial de Programas da Seção de
Cooperação – Gerente de Projetos
Cintia Hoskinson

Implementação
AESA – Agriconsulting Europe S.A.

Apoio Técnico Diálogos UE-BR
Elisa Natola, Líder de Equipe
Renan Rigo, Perito Principal

Pesquisa e Redação
Letícia Sabbatini

COLEÇÃO ESTUDOS EM PARCERIA

Nota Técnica produzida no âmbito do projeto *Fortalecendo a Participação Política das mulheres e Combatendo a Violência de Gênero na Era Digital*, uma parceria entre o Observatório Nacional da Mulher na Política e a Delegação da União Europeia no Brasil, no contexto do Diálogos UE-Brasil.

© 2025 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) os(as) autores(as). São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Renúncia de responsabilidade: O conteúdo deste documento não reflete a opinião oficial do Parlamento brasileiro ou da União Europeia. A responsabilidade pelas informações e pontos de vista aqui contidos cabe inteiramente à sua autora.

Brasília, 9 de novembro de 2025

INTRODUÇÃO

Quando mapeamos estudos e levantamentos sobre as representações da participação feminina na política brasileira, há pelo menos três grandes eixos, que apontam para (a) como a imprensa tende a enquadrar mulheres políticas por lentes e vieses de gênero, mobilizando assuntos relacionados, por exemplo, à vida familiar, suas aparências ou ainda seus “temperamentos”, supervalorizando tais marcadores em detrimento das propostas e/ou trajetórias destas mulheres; (b) os modos pelos quais as plataformas digitais replicam, intensificam e complexificam esses enquadramentos; (c) e como esse padrão se retroalimenta com estruturas institucionais e culturais que naturalizam a suposta excepcionalidade feminina em cargos de poder.

Ambos os eixos dialogam com a percepção de que a visibilidade midiática constitui um recurso ambíguo para mulheres na política. Se, por um lado, ela é condição para acumular capital político, por outro, é o modo como essa visibilidade é concedida que restringe o alcance desse capital. Como mostram Miguel e Biroli (2009), a cobertura jornalística e midiática tende a oferecer maior espaço quando as mulheres se aproximam de esferas supostamente femininas, como o cuidado e a vida privada, mas essa mesma vinculação às afasta do núcleo considerado “duro” do noticiário político.

O resultado é um processo circular, no qual estereótipos de gênero tanto ampliam quanto limitam a presença feminina, reforçando a sub-representação e mantendo a divisão simbólica entre público e privado. Isso fica nítido nos dados coletados pelos autores, que revelam que nos períodos pré e pós eleitoral monitorados entre 2006 e 2007, a cobertura de jornais televisivos e revistas semanais brasileiras sobre política tratou de figuras femininas, respectivamente, em 12,6% e 9,6% das matérias.

Para além destes dados e partindo de um olhar mais recente, grande parte dos estudos focados na representação de mulheres políticas na imprensa brasileira se volta ao caso da ex-presidenta Dilma Rousseff, impeachmada em 2016.



Essas análises costumam indicar como a imprensa desempenhou um papel ativo no processo que depôs Rousseff, operando marcadores de gênero relacionados a atributos emocionais, aparência, falta de feminilidade e uma suposta “dureza” (Klipp, 2020). O caso é emblemático ao explicitar como a mídia pode colaborar na construção de narrativas hostis à presença feminina na política, conectando enquadramentos midiáticos a dinâmicas de violência.

Essa relação fica evidente não apenas em manchetes jornalísticas ou nos enquadramentos mapeados dentro de uma reportagem, mas no modo como a imprensa constrói suas pautas e dirige o olhar a estas mulheres. Uma análise de Sarmento (2013) de uma entrevista de Rousseff à então apresentadora do Fantástico (Rede Globo), Patrícia Poeta, ilustra como as perguntas dirigidas à presidente reforçam scripts de gênero ao desviar o foco da condução do seu governo para atributos pessoais, como a aparência e a vida familiar. Durante a entrevista, perguntas como *“Tem tempo pra cuidar do visual, se preocupar com isso?”*, *“Está curtindo esse papel de avó?”*, *“Em uma reunião dessas, por exemplo, tem um momento mais mulher? Bolsa, sapato, filho, neto?”* e *“A senhora aprendeu a se maquiar?”* são direcionadas à presidente, à época com sete meses de governo.

Há, nesse sentido, uma característica que se faz presente nestas coberturas, seja no caso de Rousseff, seja em matérias e reportagens sobre outras mulheres: a noção, ainda que implícita, de que estas mulheres seriam “peculiares” ou estariam “fora do lugar”. Assim, mesmo que a visibilidade midiática possa crescer, a autoridade destas figuras está constantemente sujeita a testes e qualificações generificadas (Dantas, 2019). Na prática, a presença feminina é coberta como “exceção”, em geral com rótulos de pioneirismo (“a primeira a...”) que, se por um lado celebram a conquista, por outro isolam a mulher como “caso singular”.

Esse viés não se limita a um veículo ou período. Um estudo sobre como a revista *Veja* construiu a imagem de mulheres na política nacional e internacional, entre 1969 e 2010, exibe padrões de hipervisibilização da vida privada,



associação recorrente com papéis familiares e moralização de condutas (Azambuja, 2014). Mudanças conjunturais, como o aumento de cadeiras femininas, por exemplo, não eliminam a gramática de gênero sedimentada na cobertura da revista, aspecto que ajuda a compreender a longevidade e persistência de certos estereótipos.

Tais enquadramentos se direcionam às mulheres políticas que já ocupam cargos públicos eletivos, mas também àquelas que ainda disputam um pleito. Estas, vale dizer, são frequentemente retratadas não como sujeitos com agendas, mas sim como objetos de notícias. Seja a partir de repertórios de sexualização, de questionamentos sobre a competência ou ainda na ênfase em atributos de caráter moral e pessoal, há sempre uma certa “medição”, por parte da imprensa, do quanto as mulheres se adequam ao espaço público (Finamore; Carvalho, 2006).

Um desdobramento importante desses enquadramentos midiáticos está na forma como a imprensa cobre episódios de violência política de gênero e raça. Pesquisas recentes apontam que, quando tais casos chegam à cobertura, muitas vezes são tratados de forma individualizante, ou seja, enfatizando o drama pessoal da vítima, em vez de situar a violência como um problema estrutural da política. Assim, ataques sofridos por mulheres políticas são frequentemente enquadradados como “conflitos pessoais” ou “excessos de campanha”, deslocando a questão da esfera coletiva para o plano privado (Vieira, 2024).

Esse viés de visibilidade e enquadramento que ainda desfavorece mulheres políticas, mesmo onde a paridade avançou institucionalmente, se confirma ao mapearmos estudos que retratam o cenário de países da União Europeia. Um estudo sobre a atenção da imprensa europeia a políticos homens e mulheres mostra que figuras que ocupam as mesmas posições e que possuem trajetórias similares recebem tratamentos midiáticos com marcadores de gênero, sobretudo na Alemanha, França e Holanda (Van der Pas, 2021).

Assim como no Brasil, países europeus, como Itália e Suécia, demonstraram uma sub-representação midiática persistente. Mesmo com sistemas políticos distintos e diferentes níveis de igualdade de gênero, as mulheres aparecem menos frequentemente como protagonistas das matérias, sendo muitas vezes relegadas a papéis secundários ou mencionadas de forma acessória. Além disso, quando são incluídas, sua competência é mais frequentemente questionada ou relativizada, em comparação com os homens (Haraldsson, 2022).

Na Finlândia, país no qual mulheres ocuparam altos cargos políticos, apesar de conquistas institucionais, a avaliação midiática de lideranças políticas também é marcadamente generificada, na medida em que personalidades e ações são julgadas com critérios distintos para homens e mulheres, com estas sendo enquadradas como mais “fracas”, por exemplo (Mäkelä; Isotalus; Ruoho, 2015). Na Alemanha, um estudo qualitativo sobre a cobertura impressa da então chanceler Angela Merkel e o vice-chanceler à época, Frank-Walter Steinmeier, mostra que, em contexto de alta visibilidade, a mídia confere status e autoridade a ambos, mas mantém o gênero como princípio de organização do discurso. Merkel é rotulada com termos que a marcam como mulher no poder (“mãe da nação”, “mulher líder”), e episódios pontuais de foco no corpo/vestimenta reaparecem na cobertura. Com Steinmeier, proliferam atribuições explícitas de poder (“lobo alfa”, “herói”, “lutador”) e uma ancoragem esportiva para explicar suas manobras políticas (Lünenborg; Maier, 2014).

Esta resistência mesmo em contextos com algum avanço na paridade também pode ser mapeada em Portugal. No país, a adoção da Lei da Paridade, em 2006, que obriga partidos a incluírem pelo menos 33% de candidatas mulheres em suas listas, teve efeitos interessantes, com mais mulheres disputando as eleições. Em paralelo, no entanto, a cobertura da imprensa e o debate público revelaram resistências ideológicas, com a mobilização de discursos que naturalizam a política como um espaço “masculino”, além de questionamentos sobre a própria legitimidade da paridade, recorrendo à ideia de que ela

ameaçaria o “mérito” como critério de seleção. Ou seja, ainda que a lei tenha ampliado as oportunidades, a narrativa midiática dominante continuou a reforçar visões conservadoras de gênero (Santos; Amâncio 2012).

Na Espanha, a nomeação de Carme Chacón como ministra da Defesa, em 2008, marcou um momento inédito, sendo a primeira vez que uma mulher assumiu o comando de uma pasta historicamente associada ao universo masculino das Forças Armadas. A cobertura jornalística deu grande destaque ao episódio, mas o fez de maneira ambivalente. De um lado, a imprensa reconheceu a novidade e agendou o tema como símbolo de mudança social e política. Do outro, muitos artigos submeteram Chacón a questionamentos de idoneidade e credibilidade, questionando sua experiência e capacidade de liderar militares homens, por exemplo.

O estudo mostra que essa tensão não foi exclusiva do caso espanhol ou mesmo do contexto europeu. Em países latino-americanos, como Chile, com Michelle Bachelet, e Argentina, com Nilda Garré, a imprensa também representou a chegada de mulheres ao Ministério da Defesa como uma “anomalia” que precisava ser justificada. Em todos os casos, a entrada de uma mulher em uma pasta “masculinizada” produziu uma cobertura que alternava entre a celebração da novidade e a reafirmação de estereótipos de gênero. No caso espanhol, a liderança de Chacón foi frequentemente reinterpretada sob lentes de gênero: a maternidade (ela estava grávida quando assumiu) virou manchete, assim como sua aparência e estilo de liderança, que foram comparados a atributos femininos ou a contradições frente ao “perfil esperado” de um ministro da Defesa (Teruel Rodríguez; Sánchez García, 2005).

No caso da Itália e Suécia, podem ser mapeados padrões semelhantes de discriminação, como paternalismo e sexualização (Haraldsson, 2022). A análise de matérias de jornais de grande circulação nestes dois países mostrou ainda uma distinção de gênero na proporção entre o espaço dedicado ao rosto e ao corpo em fotografias. No corpus analisado, as mulheres foram retratadas com menor proporção de rosto em relação ao corpo, em contraste com os homens,

que apareceram com enquadramentos mais próximos e focados no rosto. Conforme os autores, imagens que destacam o rosto tendem a ativar inferências de inteligência, racionalidade e competência, enquanto imagens que mostram mais o corpo reforçam associações de passividade ou de menor capacidade cognitiva. Em resumo, a análise comparada mostra que, em diferentes contextos, a imprensa opera lógicas semelhantes de condicionamento da visibilidade feminina: mulheres aparecem, mas raramente em posição de plena legitimidade. Tanto no Brasil quanto na União Europeia, a cobertura recorre a estereótipos de gênero, desloca o foco para atributos pessoais e naturaliza a ideia de que a política é um espaço masculino.

O que varia não é a presença ou ausência de desigualdade, mas o formato que ela assume. No Brasil, os estudos evidenciam um jornalismo que combina enquadramentos hostis e moralizadores com estruturas frágeis de regulação, produzindo efeitos diretos sobre a legitimidade de lideranças femininas. Na Europa, as pesquisas mostram que, mesmo com uma maior presença numérica e proporcional de mulheres na política, a imprensa constrói resistências por meio de outras estratégias, como questionamentos de competência, enquadramentos paternalistas ou imagens que reduzem o status cognitivo das mulheres. A comparação revela, portanto, como diferentes sistemas midiáticos e políticos reinventam formas de manter hierarquias de gênero. A convergência central é que a visibilidade midiática permanece um recurso ambíguo, na medida em que ao mesmo tempo em que oferece espaço, estabelece os limites do que pode ser visto como legítimo na atuação das mulheres na política.

Quadro comparativo e conclusivo 1

Dimensão	Brasil	União Europeia
<i>Padrões de visibilidade</i>	Baixa presença feminina na cobertura política; quando ocorre, tende a ser marcada por atributos pessoais, familiares e emocionais.	Sub-representação também identificada, mesmo em países com maior paridade; mulheres menos citadas e raramente como protagonistas.

<i>Enquadramentos</i>	Ênfase em aparência, vida privada e temperamento; casos como Dilma Rousseff revelam uso explícito de marcadores de gênero para deslegitimização.	Questionamentos de competência, enquadramentos ambivalentes e estigmas visuais.
<i>Estratégias de deslegitimização</i>	Cobertura marcada por hostilidade (linguagem pejorativa, sexualização, metáforas de gênero) e moralização da vida privada. Há testes de legitimidade, que colocam em dúvida a adequação das mulheres ao espaço público.	Cobertura de pioneirismos enfatiza anomalia. Presença de paternalismo, estetização e enquadramentos que reforçam papéis tradicionais.



PLATAFORMAS DIGITAIS NA AMPLIFICAÇÃO E CIRCULAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Quando deslocamos o olhar da imprensa para as plataformas digitais, há uma série de estudos que evidenciam um aspecto específico relacionado à participação de mulheres na política: a violência política de gênero e raça e como o ambiente das plataformas digitais não apenas reproduz, mas também amplifica dinâmicas históricas de exclusão. A visibilidade online, tal como a midiática, constitui um recurso ambíguo, pois é condição para acúmulo de capital simbólico e engajamento, mas, por outro lado, opera sob lógicas que recompensam o conflito, premiam a polarização e naturalizam a hostilidade como forma de participação.

De modo geral, a literatura aponta para três eixos centrais: (a) como as plataformas digitais funcionam como amplificadoras de ataques baseados em gênero e raça; (b) os modos pelos quais arquiteturas de engajamento (recomendações, comentários e repetições, por exemplo) estruturam a circulação dessa violência; e (c) os efeitos cumulativos sobre a participação política e o debate democrático.

Especificamente no Brasil, o ecossistema digital consolidou-se como um espaço importante para a reprodução e amplificação dessa violência, configurando uma arena onde discursos violentos e práticas de assédio se articulam com dinâmicas de desinformação e com a lógica algorítmica da atenção. O que antes era restrito a espaços institucionais e midiáticos mais “tradicionalis” se expande para plataformas que hibridizam visibilidade e violência, amplificando uma rotina de inferiorização, ameaças, objetificação e desestímulo (Meneghetti et al., 2022).

Esses estudos, vale dizer, reforçam a relevância de se compreender a violência em seu tipo discursivo e simbólico. Analisando lexias sexistas e os modos de materialização linguística da violência política contra mulheres candidatas à Presidência da República nas eleições de 2022, Fontes (2023) indica como os insultos dirigidos às mulheres políticas se estruturam predominantemente em

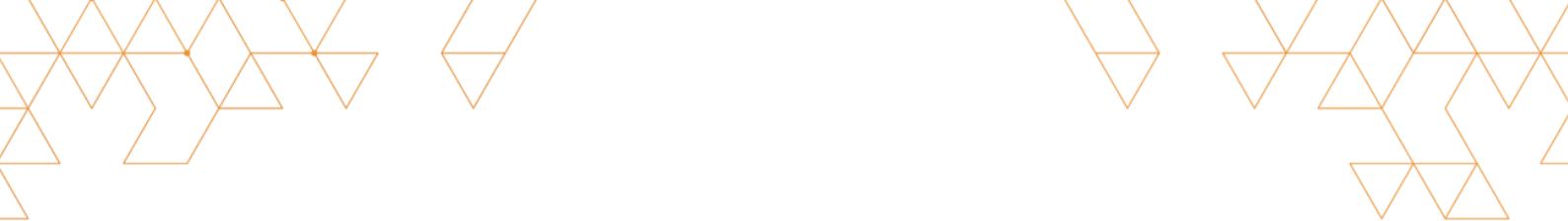


torno de ofensas morais e de inferiorização, geralmente expressas em ataques diretos em segunda pessoa, e muitas vezes com palavras que, embora não marcadas como pejorativas nos dicionários, carregam sentidos depreciativos no uso político e social. Essa dinâmica, muito similar ao mapeado nos estudos que se voltam aos enquadramentos destas mulheres na imprensa, evidencia como o discurso sexista no ambiente digital reproduz a lógica da naturalização da subordinação feminina, reafirmando a mulher como alguém “fora do lugar” na arena política.

De maneira recorrente, os ataques associam as candidatas a papéis domésticos e familiares, buscando restringir sua atuação pública e deslegitimar sua competência política. O estudo sistematizou esses discursos ofensivos em cinco campos semânticos principais: (a) Tarefas domésticas, que reduzem a mulher ao espaço privado; (b) Submissão feminina, que naturaliza a hierarquia de gênero; (c) Falsidade, que questiona sua integridade moral; (d) Incapacidade intelectual, que nega sua competência política; (e) Transtorno mental, que patologiza sua presença no debate público. Essa categorização permite visualizar como o vocabulário da violência política nas plataformas se ancora em expressões que reforçam desigualdades simbólicas contra mulheres no espaço público.

Outra pesquisa, desta vez focada em candidaturas às prefeituras no YouTube, reforça estes pontos ao demonstrar que enquanto candidatos homens foram alvo de comentários com discordâncias, às mulheres foram direcionados conteúdos mais agressivos e com teor misógino, prevalecendo comentários desqualificadores de suas capacidades intelectuais e autonomia (Curzi et al., 2024). Aqui, a relevância do aspecto ideológico é reforçada, uma vez que 96,9% dos ataques classificados se direcionaram a candidatas de esquerda, com destaque para Duda Salabert e Tabata Amaral. O estudo ainda permite indicar como esta violência adquire um teor interseccional: cerca de 32,6% dos ataques direcionados a Salabert foram transfóbicos.

Entre mulheres parlamentares, dinâmicas similares podem ser mapeadas na



literatura. Nesse sentido, o Mapa da Violência Política de Gênero em Plataformas Digitais investiga a incidência de discursos hostis dirigidos a 91 mulheres deputadas federais e senadoras no Brasil, de julho a dezembro de 2021 (Sabbatini et al., 2023). A recorrência de insultos (41%) e invalidações discursivas (26,6%) entre a amostra analisada revela como as plataformas reproduzem uma lógica de testagem constante da legitimidade feminina, transformando a visibilidade em um espaço de risco simbólico. O estudo demonstra ainda que candidatas identificadas com a esquerda são desproporcionalmente mais atacadas, evidenciando uma convergência entre gênero, ideologia e posicionamento político.

Além de mapear a incidência dos ataques, o relatório destaca que o ambiente digital favorece a reiteração de estereótipos tradicionais de gênero, atualizando-os sob novas linguagens e formatos próprios da cultura de plataforma. Esse aspecto também modula o tipo de violência que circula em cada rede: enquanto o X, antigo Twitter, concentrou a maior parte dos conteúdos ofensivos, o Facebook foi a plataforma onde esses ataques adquiriram um maior engajamento. As plataformas funcionam, assim, como amplificadores simbólicos, capazes de fazer circular ofensas em múltiplos formatos, atingindo diferentes públicos e reforçando percepções de inadequação feminina ao espaço político.

Um aspecto complementar diz respeito à maneira como a violência simbólica é amplificada por meio da desinformação. O relatório Estratégias da Desordem Informacional de Gênero (Curzi et al., 2024) evidencia como narrativas manipuladas nas plataformas digitais combinam misoginia, racismo e transfobia na deslegitimização de mulheres públicas. O estudo mapeia quatro principais estratégias discursivas: inferiorização, que as representa como despreparadas ou incompetentes; desumanização, que as retrata como indignas ou ameaçadoras; fetichização, que as reduz a objetos sexuais; e desinformação generificada, que mobiliza mentiras e estereótipos para corroer sua imagem pública.

Nessa mesma direção, estudos que visam compreender como o uso estratégico



de conteúdos falsos e manipulados podem operar como instrumento de violência simbólica nas plataformas digitais demonstram como a desinformação deve ser vista não como um fenômeno isolado, mas como uma tática articulada de deslegitimização. Isso porque esses eixos desinformativos não apenas atacam a integridade individual das parlamentares, mas criam justificativas para violências posteriores e funcionam como atos performativos de exclusão, que reforçam a percepção de inadequação feminina e dissidente nos espaços de poder (Alves; Lacerda, 2023).

Entre a literatura nacional, há também um esforço de compreender como essa violência online pode afetar a participação política de mulheres. Tomando como caso as eleições de 2022, Koch e colaboradores (2025) examinam 10 milhões de tweets direcionados a 445 candidatas brasileiras, elencando quatro categorias principais de misoginia: body shaming/etarismo; sexualização/objetificação; infantilização; e incentivo à violência. A análise mostra como há um efeito dissuasório da misoginia sobre a comunicação política das candidatas: um aumento nos ataques misóginos em uma semana reduziu o volume de tweets publicados na semana seguinte, indicando que a violência de gênero online constrange e pode silenciar mulheres, reduzindo sua visibilidade e capacidade de influenciar o debate público.

Dialogando com esta perspectiva, levantamentos recentes, como o Regime de Ameaça: Violência Política de Gênero e Raça no Âmbito Digital (Instituto Marielle Franco, 2025), evidenciam como o ambiente digital se tornou uma infraestrutura de poder que institucionaliza o medo e a intimidação. O documento parte de casos emblemáticos, como a disseminação de desinformação sobre Marielle Franco após seu assassinato e a viralização performática da destruição de sua placa em 2018, para demonstrar que as plataformas não apenas hospedam, mas organizam a violência, revelando a persistência de um “regime de ameaça” que utiliza o ambiente digital para impor o silêncio, corroer a autoestima e condicionar a presença pública de mulheres, sobretudo, negras.

Por conta de fatores como esse, Sabbatini e Chagas (2024) problematizam a



noção de que a violência online seria uma forma “menos impactante” de hostilidade. Embora possa atuar de maneira mais opaca ou ainda ser considerada como menos grave, ela pode funcionar como suporte a formas mais severas de violência política, validando ou intensificando narrativas de deslegitimização no espaço público.

Nos contextos europeus, as plataformas digitais também se consolidam como arenas privilegiadas para a circulação e amplificação da violência política de gênero, atuando na reconfiguração das fronteiras do aceitável no debate público. O caso espanhol é particularmente expressivo. Em pesquisa recente, Lacalle et al. (2025) analisaram comentários publicados no X e no YouTube sobre três figuras centrais da política nacional, Irene Montero, então ministra da Igualdade, Yolanda Díaz, ministra do Trabalho e Isabel Díaz Ayuso, presidente da Comunidade de Madri, evidenciando como o ódio sexualizado estrutura o engajamento e organiza comunidades discursivas nas plataformas.

A análise mostra que o ataque às mulheres políticas na Espanha se ancora em três eixos principais: sexualização, desumanização e moralização, frequentemente combinados em uma mesma publicação. Montero, associada ao feminismo e à esquerda, é alvo preferencial de insultos explícitos, voltados à sua vida sexual e aparência, enquanto Ayuso, representante da direita, é retratada como “hipócrita” ou “falsa defensora” de valores morais. Já Yolanda Díaz é submetida a enquadramentos que questionam sua competência e autoridade, mesclando ofensas de gênero e ideológicas.

Essa convergência entre misoginia e disputas políticas não se restringe ao caso espanhol. Na Irlanda, estudo de O’Connor et al. (2024) revela que a violência dirigida a mulheres políticas também combina assédio psicológico, intimidação e agressões com conotações sexuais, ainda que em contextos menos polarizados. A pesquisa indica que, mesmo em sistemas democráticos com tradição institucional consolidada, as redes sociais funcionam como catalisadoras de padrões misóginos, tornando mais frequentes as experiências de medo e retração política entre mulheres eleitas.



Na Itália, pesquisas recentes demonstram como há uma certa persistência de ataques personalizados contra mulheres, ampliando a incivilidade no debate público. De um lado, Bentivegna e Rega (2024) evidenciam que a hostilidade tende a crescer conforme o pleito se aproxima e é mais intensa contra candidatas e candidatos em posição de liderança, com ênfase na então candidata e atual primeira-ministra Giorgia Meloni, principal alvo dos ataques. É interessante notar que os ataques contra Meloni não se deram por meio de insultos explicitamente sexistas, mas sobretudo por uma estratégia de demonização associada à sua vinculação simbólica a regimes totalitários. Ainda que a violência verbal não assumisse contornos explícitos de misoginia, o estudo indica como a condição de mulher líder amplificou a visibilidade e a intensidade das ofensas, marcadas por tentativas de deslegitimar sua atuação pública e aproximar-a de figuras autoritárias.

Complementarmente, Musi et al. (2025) realizaram uma análise sistemática de toxicidade de gênero direcionada a políticos e políticas italianas no X. Embora homens e mulheres recebam volumes semelhantes de mensagens tóxicas, as autoras identificaram diferenças qualitativas significativas: enquanto os ataques a homens concentram-se em insultos políticos genéricos, as mulheres são alvos de ofensas baseadas em estereótipos de aparência física, idade e comportamento sexual. Essa assimetria discursiva reforça a dimensão simbólica da exclusão, na medida em que o conteúdo ofensivo dirigido às mulheres tende a mobilizar marcadores de gênero como instrumento de deslegitimização política.

Em Portugal, o cenário apresenta desafios semelhantes. Como mostra Cavalcanti (2022), mesmo após a adoção de leis de paridade que impulsionaram o número de mulheres no Parlamento, as formas de violência política de gênero permanecem naturalizadas e pouco reconhecidas. Em entrevistas com deputadas portuguesas, a autora identifica múltiplas expressões de violência, como psicológica, simbólica e institucional, que operam na tentativa de restringir a presença feminina nos espaços de poder. Muitas dessas parlamentares relatam que agressões verbais, deslegitimizações públicas e exclusões em

processos decisórios são tratadas como parte “normal” da disputa política, o que contribui para o silenciamento e para a invisibilidade do problema. Ao evidenciar como a violência é banalizada e raramente nomeada como tal, o estudo reforça que a permanência das mulheres na política portuguesa ainda se dá sob um regime de tolerância ao assédio, no qual a desigualdade é reiterada não apenas por meio de ataques explícitos, mas também pela omissão institucional e pela ausência de reconhecimento social da gravidade desse tipo de violência.

Em resumo, portanto, uma perspectiva comparada entre Brasil e União Europeia mostra como as plataformas digitais, em ambos os contextos, operam como arenas híbridas de visibilidade e violência, oferecendo, por um lado, um espaço inédito de circulação de discursos políticos e, por outro, estruturando um ambiente comunicacional que pode ser hostil a mulheres com atuação na política (Quadro comparativo e conclusivo 02).

Quadro comparativo e conclusivo 2

Dimensão	Brasil	União Europeia
<i>Lógicas de amplificação</i>	As plataformas amplificam ataques baseados em gênero. O ecossistema digital funciona como espaço de reprodução e intensificação da violência.	As plataformas também favorecem a circulação da violência. Estudos mostram sexualização, desumanização e moralização como eixos estruturantes da hostilidade de gênero.
<i>Arquiteturas de engajamento</i>	Recomendações, comentários e repetições estruturam a circulação da violência. X concentra a maior parte dos conteúdos ofensivos; Facebook apresenta maior engajamento desses ataques.	Recomendações, comentários e repetições estruturam a circulação da violência. X concentra a maior parte dos conteúdos ofensivos; Facebook apresenta maior
<i>Padrões ideológicos e interseccionais</i>	Marcada assimetria ideológica, com ataques priorizando mulheres de esquerda. Interseccionalidade evidente,	Convergência entre ofensivas de gênero e disputas políticas. Menor ênfase racial nos textos

	com transfobia e racismo em destaque.	analisados.
<i>Reconhecimento institucional e resposta</i>	Baixo reconhecimento institucional da violência digital, que muitas vezes é tratada como parte normal da disputa política. Falta de regulação efetiva das plataformas.	Avanços em políticas de moderação e accountability, ainda insuficientes para neutralizar estereótipos de gênero e reduzir a violência. Persistência de resistências culturais e enquadramentos moralizantes.

No caso brasileiro, essa ambivalência assume contornos particularmente intensos, em razão da combinação entre desigualdade estrutural, polarização e ausência de regulação efetiva das plataformas. Já em democracias europeias, observa-se que essa violência também pode operar de forma persistente e ancorada em códigos morais, sexualização e moralização da vida privada, o que demonstra que o avanço institucional é relevante, mas não basta para neutralizar hierarquias simbólicas de gênero.

Outro ponto de convergência diz respeito à centralidade do ódio sexualizado e da incivilidade personalizada como eixos estruturantes da violência digital. Tanto nos casos brasileiros, no qual candidatas e parlamentares são alvo de ataques misóginos, transfóbicos e raciais, quanto nos europeus, onde lideranças femininas são reduzidas a estereótipos de aparência, moralidade ou sexualidade, o gênero continua sendo o princípio organizador da hostilidade política online.

Por fim, as evidências comparadas indicam que o enfrentamento dessa violência requer abordagens que combinem dimensões tecnológicas, políticas e culturais. Enquanto estudos europeus têm enfatizado a necessidade de políticas de moderação e accountability das plataformas, a literatura brasileira destaca a urgência de reconhecer a violência digital como parte de um ecossistema



informacional mais amplo, no qual desinformação e misoginia se entrelaçam. Em comum, os achados revelam que as plataformas digitais, ao mesmo tempo que potencializam a visibilidade das mulheres na política, instituem novas fronteiras de vulnerabilidade e exclusão.



REFERÊNCIAS

ALVES, Gabriela Santos; SILVA, Elisa Lacerda. A desinformação como ferramenta de violência política de gênero. **PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM**, v. 7, n. 14, 2023.

AZAMBUJA, Kátia Carolina Meurer. **Veja: há 40 anos construindo a imagem das mulheres na política**. Dissertação (mestrado), Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2015.

BARBOSA, Giovana Giraldelli Mendes et al. **Violência política de gênero e raça: o caso da cassação da vereadora Edna Sampaio no Portal RDNews**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Universidade Federal de Mato Grosso, Graduação em Jornalismo, Cuiabá, 2024.

BENTIVEGNA, Sara; REGA, Rossella. Politicians Under Fire: Citizens' Incivility Against Political Leaders on Social Media. **Social Media+ Society**, v. 10, n. 4, p. 20563051241298415, 2024.

BUCKLEY, Fiona; KEENAN, Lisa; MARIANI, Mack. Violence against politicians in Ireland: what does it look like and how is it gendered?. **Irish Political Studies**, v. 40, n. 3, p. 340-370, 2025.

CAVALCANTI, Camila Saraiva Maia. **A Violência Política de Gênero Contra as Parlamentares em Portugal**. Dissertação de Mestrado. Universidade NOVA de Lisboa, Lisboa, 2022.

CURZI, Yasmin et al. **Estratégias da desordem informacional de gênero: narrativas sobre mulheres na política**. 2024. Disponível em: <https://midiademocracia.fgv.br/estudos/estrategias-da-desordem-informacional-de-genero-narrativas-sobre-mulheres-na-politica>. Acesso em: 14/10/2025.

CURZI, Yasmin et al. **Violência Política de Gênero Online**: mulheres de esquerda candidatas à prefeitura receberam mais ataques e menos apoio em comentários do YouTube. 2024. Disponível em: <https://midiademocracia.fgv.br/estudos/violencia-politica-de-genero-online-mulheres-de-esquerda-candidatas-prefeitura-recebem>. Acesso em: 14/10/2024.

DANTAS, Fernanda Argolo. **Dilma Rousseff: uma mulher fora do lugar**. As narrativas da mídia sobre a primeira Presidenta do Brasil. Tese (Doutorado), Pós-Graduação Multidisciplinar em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, 2019.

FINAMORE, Claudia Maria; CARVALHO, João Eduardo Coin de. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, p. 347-362, 2006.

FONTES, Ana Angélica Melo. **Lexias sexistas e violência política de gênero no Twitter**. 2023. 107 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

HARALDSSON, Amanda. **Media discrimination and women's political representation**: experimental evidence of media effects on the supply-side. Tese (Doutorado), European University Institute, Florença, 2022

KLIPP, Telma Paulina. **A violência política de gênero na América Latina**: a relação entre Dilma Rousseff e a mídia. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Universidade Federal de Santa Catarina, Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2020.

KOCH, Luise et al. Online misogyny against female candidates in the 2022 Brazilian elections: a threat to women's political representation?. **Information, Communication & Society**, p. 1-21, 2025.

LACALLE, Charo et al. "She Looks Like She'd Be a Filthy Pig in Bed": Online Misogyny and Denigration of Women Politicians. **Violence Against Women**, p. 10778012241313479, 2025.

LÜNENBORG, Margreth; MAIER, Tanja. 'Power Politician'or 'Fighting Bureaucrat': gender and power in German political coverage. **Media, Culture & Society**, v. 37, n. 2, p. 180-196, 2015.

MÄKELÄ, Johanna; ISOTALUS, Pekka; RUOHO, Iiris. The ball is in the women's court: The portrayal of Finnish women as political leaders in newspapers. In: **Discourse, politics and women as global leaders**. John Benjamins, 2015. p. 293-314.

MENEGHETTI, Rayssa Rodrigues et al. A TECNOLOGIA COMO VETOR DA VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA AS MULHERES. **SYNTHESIS| Revista Digital FAPAM**, v. 11, n. 1, 2022.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. **Opinião Pública**, v. 15, p. 55-81, 2009.

MUSI, Elena; FEDERICO, Lorenzo; MOUNIM, Ayoub. Unveiling toxic discourse towards female politicians in Italy: A corpus-based approach. **European Journal of Women's Studies**, v. 32, n. 3, p. 258-275, 2025.

SABBATINI, Letícia. CHAGAS, Viktor. A violência política de gênero online. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v.21, n.1, p.67-79, 2024

SABBATINI, L.; CHAGAS, V.; MIGUEL, V.; REZENDE, G.; DRAY, S. **Mapa da Violência Política de Gênero em Plataformas digitais**. Niterói: coLAB/UFF, 2023. 60 p. (Série DDoS Lab). doi: 10.56465/ddoslab.2023.002

SANTOS, Maria Helena; AMÂNCIO, Lígia. Género e política: análise sobre as resistências nos discursos e nas práticas sociais face à Lei da Paridade. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 68, p. 79-101, 2012.

SARMENTO, Rayza. Estereótipos de mulheres políticas na mídia: quadros de análise com base em entrevista de Dilma Rousseff a Patrícia Poeta. **Cadernos da Escola do Legislativo**, v. 15, n. 23, p. 41-49, 2013.

TERUEL RODRÍGUEZ, Laura; SÁNCHEZ GARCÍA, Ana Smara. El discurso periodístico sobre la mujer política en la prensa de referencia: la cobertura del nombramiento de las ministras de defensa de Chile, Argentina y España. In: **IV Congreso Universitario Nacional Investigación y Género**, 2012.

VAN DER PAS, Daphne J. Do European media ignore female politicians? A comparative analysis of MP visibility. **West European Politics**, v. 45, n. 7, p. 1481-1492, 2022.